

AS AMEAÇAS NO ARCO CENTRAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA INTEGRADA

THREATS IN THE MIDWEST ARC OF THE BRAZILIAN BORDER STRIP AND ITS RELATIONSHIP WITH INTEGRATED SECURITY

FERNANDO DA SILVA RODRIGUES

RESUMO

O objetivo do ensaio é discutir o emprego das Forças Armadas frente às ameaças no Arco Central da faixa de fronteira terrestre do Brasil, como apoio ao planejamento estratégico do Exército Brasileiro. As seções do ensaio foram desenvolvidas em cinco partes. Uma introdução seguida do debate sobre as políticas públicas para a faixa de fronteira e governança. A terceira parte envolve a identificação pela pesquisa bibliográfica e documental das ameaças no Arco Central. A quarta teve como objetivo desenvolver uma melhor compreensão sobre o emprego militar da Força Terrestre nas ações contra ameaças externas e ameaças não estatais ilegais na faixa de fronteira brasileira. Por fim, foram apresentadas implicações para a Força Terrestre.

PALAVRAS-CHAVE

Emprego Militar; Ameaças; Arco Central; Fronteira; Faixa de Fronteira.

ABSTRACT

The objective of the essay is to discuss the use of the Armed Forces in the face of threats in the Central Arc of the Brazilian land border, and as a support for the strategic planning of the Brazilian Army. The essay sections were developed in five parts. An introduction followed by the debate on public policies for the border strip and governance. The third part involves the identification by bibliographic and documentary research of threats in Arco Central. The fourth aimed to develop a better understanding of the military use of the Land Force in actions against external threats and illegal non-state threats along the Brazilian border. Finally, implications for the Land Force were presented.

KEY WORDS

Military Employment; Threats; Midwest Arc; Border; Frontier.

O AUTOR

Doutor em História Política, professor do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar, Política e Fronteiras do CNPq, coordenador do GT de História Militar da Associação Nacional de História (ANPUH-RJ), pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército e diretor da Rede Hermes - Pesquisadores Internacionais de Fronteiras, Integração e Conflitos.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Este ensaio é o terceiro da linha de pesquisa *Conflitos Armados e Emprego Militar* do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), do ciclo 2022-2023. Nesta ocasião, o objetivo é abordar as principais ameaças à Segurança Nacional e os desafios securitários para o Exército Brasileiro (EB) na faixa de fronteira terrestre brasileira, com o foco no emprego da Força Terrestre frente às ameaças no Arco Central.

No primeiro ensaio, o objetivo principal da investigação foi entender a construção dos conceitos de Fronteira e Segurança Nacional, fazendo com que se considerassem, a princípio, os desafios para o emprego militar para além das ameaças externas, especificamente para o campo da Segurança Pública contra ameaças não estatais ilegais. No segundo ensaio, discutiu-se o emprego das Forças Armadas frente às ameaças no Arco Norte da faixa de fronteira terrestre do Brasil, concluindo-se que o emprego do EB deve ser priorizado na região, para fazer frente às ameaças externas e, secundariamente, apoiar as grandes operações securitárias.

Para o desenvolvimento da investigação, foram necessárias as pesquisas bibliográfica e documental das ameaças no Arco Central, para que fosse possível demandar o emprego da Força Terrestre. Assim, aprofundou-se a investigação sobre as prováveis dificuldades e os resultados do emprego do Exército Brasileiro na defesa externa e no apoio às operações securitárias no Centro-Oeste. Portanto, as ameaças identificadas foram: tráfico de drogas, roubo de cargas e veículos, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, refúgio de criminosos, contrabando e descaminho, rota de veículos roubados e roubo de gado.

Ao finalizar o terceiro ensaio, assim como foi observado no estudo do Arco Norte, concluiu-se que, nos Estados da federação em questão, é necessário analisar a capacidade e a presença da polícia na faixa de fronteira. Dessa forma, é primordial a gestão na obtenção de meios de vigilância e na formação adequada para a atuação do pessoal dos Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização, no patrulhamento, no controle e na repressão ao crime regional, com o apoio das Forças Armadas, não o inverso. Em consequência, observou-se que a debilidade do Estado em relação aos Institutos de Segurança Pública e a outros setores do governo está arrastando, cada vez mais, as Forças Armadas para os problemas de Segurança Pública na região.

1. Introdução

O Arco Central da faixa de fronteira abrange áreas dos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os quais definem limites brasileiros com a Bolívia e com o Paraguai, totalizando 4.789,2 km de fronteira¹, em que

¹ Fonte: Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL), sediada no RJ, encarregada das atividades nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina. Disponível em: <<http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/>>. Acesso 27 jul. 2022.

parte dessas terras está localizada na Reserva da Biosfera do Pantanal. Trata-se de uma região de grande diversidade geográfica, por estar na zona de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do Brasil, onde se encontra o Pantanal, maior planície alagada do mundo. Desse modo, possui escassa rede viária, vasta cobertura vegetal e extensa rede hidrográfica formada pelas bacias Amazônica e Paraná-Paraguai. Ademais, os rios e seus afluentes que percorrem a região formam imensas áreas inundadas.

Apesar da relação de amizade que marca

esses dois países, na atualidade, as fronteiras centrais da América do Sul foram cenário do maior conflito militar dessa parte do continente, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, entre 1864-1870². Durante o conflito, ocorreu a ocupação da cidade de Corumbá pelas forças militares estrangeiras por quatro anos (1864-1867), sendo espaço de vigilância brasileira devido à Guerra Boliviano-Paraguai no Chaco Boreal (1932-1935). Nos anos 1930, os militares brasileiros observaram e registraram, em documentos (BRASIL, 1934 e 1935) do EB, o aspecto militar da Guerra entre Bolívia e Paraguai e a situação diplomática internacional sul-americana, contextualizados pelas tensões políticas estabelecidas indiretamente entre o Brasil e a Argentina, devido à rivalidade tradicional e à disputa pelo controle do poder regional (RODRIGUES; SILVA, 2017).

Como se pode perceber pelos fatos mencionados, historicamente, a preocupação contra ameaças era especificamente de natureza geopolítica contra os interesses de países estrangeiros. A ideia de fronteira possui, nesse caso, um tradicional sentido jurídico-político, de estabelecimento de limites, de divisa, de *border* entre dois estados (MEDEIROS FILHO, 2020; VARGAS, 2017, p. 35). Nesse contexto, a função do Exército é com a defesa da Soberania Nacional, principalmente, nas áreas de fronteira, contra a possibilidade de ameaças externas.

No entanto, a definição conceitual se torna mais complexa quando se percebe que a natureza das ameaças à segurança na fronteira vai mudando, na perspectiva da luta de um Estado contra outro, passando do tradicional conceito de *border* para o conceito de *frontier*, o que *exige maior cooperação e integração entre ramos militares, forças policiais, forças de*

gendarmeria e serviços de inteligência (LIMA; SILVA; RUDZIT, 2021). Assim sendo, acredita-se que esse processo em transformação exige a formulação de políticas nacionais para as fronteiras, contra diferentes tipos de ameaças, em três importantes eixos: inteligência, defesa e segurança pública.

Partindo desse entendimento conceitual básico, percebe-se que uma das particularidades para aplicação do conceito de *border/frontier*, na fronteira Centro-Oeste, deve-se ao fato de que o ambiente apresenta, simultaneamente, tanto ameaças à segurança pública, quanto possíveis ameaças à defesa externa, desenvolvendo a necessidade de emprego dual da Força Terrestre na região, com capacidades de conduzir múltiplas missões. Nesse sentido, em uma grande parte do tempo, a tropa localizada na faixa de fronteira do Arco Central pode ter duplo emprego. Pela manhã, realizando treinamento para operações contra ameaças externas (uso para guerra) e, à tarde, treinamento de operações de Garantia da Lei e da Ordem para a segurança pública (uso para não guerra)³.

Em relação à defesa (condução da guerra), é importante registrar que se observa uma quase ausência de ameaças formais, pois, do ponto de vista geopolítico, a fronteira do Arco Central é relativamente pacificada, juridicamente, desde o final do século XIX. Quanto ao ponto de vista da segurança (combate ao crime), a faixa de fronteira apresenta muitas vulnerabilidades relacionadas à sua grande extensão, o que dificulta o seu ordenamento legal, articulado ao aumento do índice de crimes transnacionais.

2. Políticas Públicas para a faixa de fronteira e governança

Com relação à condução de política pública para a fronteira no Arco

² Para conhecer um pouco da história renovada do conflito, sugere-se a leitura da obra *Uma Tragédia Americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*, de 2015, organizada pelos historiadores Fernando Rodrigues e Fernando Velozo.

³ As situações de guerra e não guerra são definidas no item 2.5 do Manual de Operações (BRASIL, 2017b).

Central, destacam-se algumas ações relacionadas ao setor da Defesa e ao setor da Segurança Pública, por serem objeto desta investigação e por entendê-los como temas articulados com a questão do emprego militar. Para o setor da Defesa, é possível destacar ações como Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e Operação Ágata, balizados pela Política Nacional de Defesa (PND) e pela Estratégia Nacional de Defesa (END).

Para o setor da Segurança Pública, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vale ressaltar ações como: (1) a criação do Policiamento Especializado de Fronteiras (Pefron), em 2010, instrumento para as polícias militares estaduais atuarem de forma preventiva e repressiva contra circulação de ilícitos, tráfico de pessoas e outros crimes conexos⁴; (2) o Plano Estratégico de Fronteira (PEF), de 2011, encerrado em 2016; (3) a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), de 2012; (4) o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), de 2017, com a missão de restringir a ocorrência de delitos transfronteiriços, a partir de objetivos como o de integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle fiscal e das Forças Armadas, com ações dos entes federativos e de países vizinhos; e (5) o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), instituído em 2019, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a ser gerido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

Como pode ser observado, apesar das distinções entre as ações efetivas de políticas públicas para as fronteiras, com relação ao setor da Defesa, existe um embasamento legal consolidado na PND, END, no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), orientado pelo Art. 142 da Constituição Federal (CF) de 1988, o qual

⁴Esse projeto foi encerrado em 2011 e o seu investimento incorporado à Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron).

aborda o emprego das Forças Armadas de acordo com as missões definidas constitucionalmente. Com relação ao setor da Segurança Pública, o emprego das Forças Singulares ocorre como parte de ações subsidiárias, definidas por leis complementares (LC 97/1999 alterada pela LC 117/2004), em cooperação com outros órgãos⁵.

Nesse contexto apresentado, apesar do Art. 144 da CF de 1988, em seu §1º, definir que a Polícia Federal é a polícia de fronteira, a Força Terrestre deve apoiar as operações securitárias dos órgãos de segurança pública. Ressalta-se que, na faixa de fronteira, as Forças Armadas estão autorizadas a atuar com base no Art. 142, articulado com a LC 97/1999, com poder de polícia. Talvez, essa medida seja feita para compensar o déficit de policiais federais no cumprimento dessa missão.

Conforme exposto, as funções de defesa e segurança acabam implicando uma atuação exaustiva, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais; cooperando, ainda, com: o desenvolvimento nacional; a defesa civil; órgãos federais na repressão a delitos de diversas ordens, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, na execução de obras e serviços de engenharia.

Assim como no caso do policiamento de fronteiras, cuja missão constitucional é da Polícia Federal, a competência para realizar obras públicas, na faixa de fronteira, era do antigo Ministério da Integração Nacional, conforme a Lei 10.683/2003, com diretriz da Política

⁵O Art. 144 da Constituição Federal do Brasil de 1988 define que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio pelas: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil Estadual, Polícia Militar Estadual e Corpo de Bombeiro Militar.

Nacional de Desenvolvimento Regional. Em 2019, o ministério foi extinto, sendo reestruturado como Ministério do Desenvolvimento Regional (fusão do Ministério das Cidades e da Integração Nacional). Atualmente, a responsabilidade para propor medidas e coordenar ações que visem ao desenvolvimento de iniciativas à atuação do governo federal, ficou a cargo da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), órgão de assessoramento superior que coordena o trabalho dos Ministérios da Defesa, da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores, da Infraestrutura, da Educação, da Saúde e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Conforme observado, no ensaio sobre o Arco Norte, a respeito da questão da governança, o Relatório de Políticas e Programas de Governo (BRASIL, 2019), do Tribunal de Contas da União (TCU), revelou dificuldades em liquidar as dotações programadas no Plano Plurianual de 2012-2015 (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA⁶) com ações governamentais que atendessem aos principais problemas inerentes à faixa de fronteira. Ademais, com o propósito de aprimorar a atuação governamental no local, o TCU encontrou diversos problemas, após ação de controle relacionada aos aspectos de governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteiras.

Segundo a crítica do TCU, entende-se que faltou o principal mecanismo para o exercício da governança pública, qual seja, a liderança, que compreende o conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental, exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência de condições mínimas ao exercício da boa governança. No caso

analisado, faltou integridade, competência, responsabilidade e motivação⁷.

Nessa perspectiva, o TCU tem procurado, cada vez mais, melhorar o controle dos gastos públicos. Assim, no ano de 2020, iniciou o desenvolvimento de um novo modelo de fiscalização conjunta na Segurança Pública do Brasil, na Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e Segurança (SecexDefesa). O Índice de Governança e Gestão em Segurança Pública (IGGSeg) tem como objetivo medir, periodicamente, a maturidade de governança e gestão nas organizações de segurança pública. A avaliação deverá ser realizada em parceria com os Tribunais de Contas dos Estados, permitindo traçar amplo panorama das funções estatais atinentes à área, dando luz às ações de excelência e às deficiências que necessitam de maior atenção dos gestores e dos órgãos de controle. O projeto-piloto começou a ser implantado, no ano de 2021, no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso. Em 2022, além de validar a metodologia, o levantamento permitiu ao TCE-RJ verificar que o Estado do Rio de Janeiro possui as informações requeridas. Com base na medição preliminar feita, foi possível comunicar aos gestores as oportunidades de melhoria e dar ciência da avaliação, para que haja evolução nos itens não atendidos.

3. As ameaças no Arco Central da Faixa de Fronteira

Neste estudo, o objetivo é identificar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, as ameaças que possam demandar o emprego da Força Terrestre, de maneira que se aprofunde a investigação sobre as possíveis dificuldades e possibilidades do

⁶ O TCU executou medidas de ação de controle com base nas LOAs de 2012 a 2014, e observou que o total de gasto não chegou a 50% da dotação orçamentária disponibilizada.

⁷ Conforme item I, do Art. 5º do Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

emprego do EB na defesa externa e no apoio às operações securitárias no Arco Central da fronteira brasileira. Nesse sentido, apesar da forte indicação para o emprego do EB contra as ameaças não estatais, sinalizada por estudos anteriores, não se pode esquecer que uma das principais vulnerabilidades na região é a proximidade do poder central em Brasília, legitimando a necessidade precípua do preparo e do emprego da Força Terrestre contra possíveis ameaças externas.

Para além, o Centro-Oeste é identificado como um dos grandes corredores de entrada de drogas no Brasil, junto com as rotas da Amazônia. A proximidade com a Região Sudeste incentiva a intensificação de sua utilização, devido ao grande mercado consumidor nacional, havendo não só laboratórios de refino, mas também grande diversidade de meios para exportação à Europa.

Segundo o relatório de 2021 da *International Narcotics Control Strategy Report* sobre o controle de drogas e produtos químicos, do Departamento de Estado dos EUA, o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína no mundo e o maior consumidor de produtos derivados da cocaína, como o crack. O documento também relata que, apesar do comprometimento com o combate ao tráfico de drogas, o país não tem capacidade para reprimir o fluxo de narcóticos através de suas fronteiras com a Bolívia, o Peru e a Colômbia, que são três vezes o tamanho dos limites entre o México e os EUA. Ainda, de acordo com o relatório, nos primeiros 11 meses de 2021, houve um aumento nas operações antidrogas e apreensões de cocaína e outras drogas ilícitas. Até novembro, a Polícia Federal brasileira (PF) apreendeu 83,3 toneladas de cocaína e 377 toneladas de maconha, um aumento em relação ao mesmo período de 2020. Em outubro, a PF erradicou 1,6 hectares de plantas de cannabis no Paraguai, em coordenação com a Polícia Federal do Paraguai e 533,7 metros quadrados no Brasil

(USA, 2021, p. 92).

Com relação às ameaças, em publicação recente (ANDRADE [et al.], 2019), sobre os desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro, ao tratar sobre a gestão governamental das fronteiras brasileiras, um grupo de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) destacou os pontos de vulnerabilidades da faixa de fronteira para se pensar ou repensar as políticas públicas. Os autores destacaram os tipos de ameaças não estatais ilegais por unidade da federação, para o ano de 2008.

Nessa investigação, Mato Grosso do Sul (MS) aparece com o índice de alto grau de prioridade para implementação de projetos no Estado, devido a: tráfico de drogas, roubo de cargas e veículos, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, refúgio de criminosos, contrabando e descaminho, rota de veículos roubados e roubo de gado. Quanto ao Mato Grosso (MT), aparece com média prioridade, apesar de apresentar quase todos os eventos criminosos listado no MS, com exceção do roubo de gado, visto que as principais dificuldades observadas no Arco Central dizem respeito ao volume de tráfico de drogas (ANDRADE [et al.], 2019, p. 62-63).

Para corroborar este estudo, convém citar outra pesquisa realizada pelo IPEA, em parceria com o antigo Ministério do Desenvolvimento Regional (PÊGO, 2019), em: Corumbá; Ladário; e na região de fronteira com a Bolívia (Puerto Quijarro e Puerto Suárez). O estudo permitiu obter as mesmas respostas citadas pelos autores do livro *Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro* (ANDRADE [et al.], 2019) sobre a identificação de ameaças no setor de segurança pública na fronteira Centro-Oeste.

Em entrevista a oficiais do Comando Militar do Oeste (CMO), registrou-se que as principais vulnerabilidades estatais identificadas, as quais dificultam o planejamento das operações militares do EB na região, envolvem

a incapacidade de patrulhar tão grande extensão de fronteira. Dessa forma, as ações de combate devem ser intensificadas, não apenas na origem do crime, como por exemplo, nos locais do cultivo de drogas ilícitas, mas também no destino do produto do crime (consumo). Outra grande dificuldade é conciliar operação tipo polícia, na região de fronteira, com o adestramento para operações de guerra, atividade finalística do Exército.

A respeito das fragilidades dos Estados da federação brasileira, a crítica realizada pelo TCU⁸ permite identificar que, além de ser baixo o grau de investimentos, há carência de recursos humanos, materiais e financeiros nos órgãos responsáveis pela prevenção, controle, fiscalização e repressão aos crimes transfronteiriços. Esses fatos realçam a vulnerabilidade daquele espaço territorial, contribuindo para agravar sua condição de ambiente propício às atividades ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas, de armas, entre outros crimes.

No entanto, deve-se entender que, existe um déficit estatal brasileiro, isso também ocorre nos países que fazem limite com o Brasil, no Arco Central. Essas debilidades precisam ser reconhecidas de forma bilateral e discutidas como problema de toda a sociedade. O aumento da violência na fronteira de Estados, como o MS está ligado às dinâmicas ilícitas, vinculadas à formação da conexão fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia. É o caso da cidade de Corumbá, que serve como base impulsionadora de contrabando de todo tipo entre Bolívia e Brasil⁹, e da cidade boliviana de Santa Cruz, que é o epicentro da guerra entre os traficantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV).

Nesse sentido, diante da extensa linha de fronteira internacional, o Estado do MS tem um importante papel na ligação das dinâmicas criminosas, aprimorando essa conexão, fazendo com que exista uma carga maior de vulnerabilidade do ponto de vista da Segurança Pública. Um caso emblemático que mostra a intensidade do problema é o do empresário e ex-Presidente paraguaio Horacio Cartes (2013-2018), vinculado à corrupção e a várias categoriais criminosas¹⁰ pela imprensa. Outro caso que exemplifica a questão refere-se ao alerta da Polícia do Paraguai para ataques armados na fronteira, em julho de 2022, planejados por um grupo criminoso da cidade de Pedro Juan Caballero, vizinha de Ponta Porã, devido à guerra entre facções por domínio de território¹¹. Todos esses fatos articulados intensificam a sensação de falta de segurança individual e coletiva na região.

Apesar dessa sensação de insegurança, o governo federal e os Estados da federação têm trabalhado para tentar mitigar esses problemas. No contexto de gravidade dos problemas diante da debilidade estatal, foram observadas algumas importantes respostas para combater as ameaças identificadas no Arco Central e impulsionar a segurança integrada na faixa de fronteira. O governo federal tem promovido constantemente ações, envolvendo o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e o Ministério da Economia, com o emprego das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Receita Federal para enfrentar o crime organizado.

Há alguns anos, os governos estaduais criaram unidades especializadas para atuar na faixa de fronteira. No MS, foi criado o Grupo de Operações de Fronteira (GOF), uma

⁸ Com base no Relatório de Políticas e Programas de Governo, do ano de 2019.

⁹ Publicado em: <<https://es.insightcrime.org/noticias/corumba-corazon-contrabando-bolivia-brasil/>>. Acesso em 19 set. 2022.

¹⁰ Publicado em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/coracao-do-crime/>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

¹¹ Publicado em: <<https://mgsnews.com.br/policia-do-paraguai-emite-alerta-parra-possivel-ataque-armado-na-fronteira>> Acesso em: 24 ago. 2022.

organização integrada por policiais militares e policiais civis, para combater as atividades criminais transfronteiriças. Em 1987, a unidade policial foi criada, com sede na capital; porém, devido à distância da área operacional, a sede foi transferida para a cidade de Dourados com a missão de realizar o policiamento ostensivo itinerante na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai. Em uma reestruturação, em 1996, o GOF passou a denominar-se Departamento de Operações de Fronteira (DOF), tendo como atribuição o policiamento da fronteira com o Paraguai e com a Bolívia. Em 2006, foi criada a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (Defron), integrada ao DOF. Para que se tenha uma noção da importância dessa estrutura organizada pelo Estado do MS, os relatórios estatísticos de 2019 e 2020 demonstram um forte crescimento anual na apreensão de drogas, subindo de 107.232.394 kg para 264.154,913 kg¹². O DOF está organizado com uma forte base hierárquica, em cujo ápice estão um diretor e um subdiretor, comandando a coordenação de administração, de operações, de logística e patrimônio, de polícia judiciária militar, de inteligência, além de ter um curso de especialização em policiamento de fronteiras (CEPFRON).

O Mato Grosso (MT), por sua vez, possui um Batalhão de Operações de Fronteira, o Grupamento Especial de Fronteira, além de um Batalhão de Proteção Ambiental. Criado em 2002, o Grupo Especial de Fronteira (Gefron) tem a missão de integrar as atividades da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar. Para além, o Gefron tem a missão de apoiar os órgãos federais responsáveis pela segurança na fronteira do Brasil com a Bolívia, dentro do MT, desencadeando operações sistemáticas de prevenção e repressão ao tráfico

de drogas, contrabando e descaminho de bens e valores, roubo e furto de veículos e invasões de propriedades. Para coordenar a integração, o MT possui um Gabinete de Gestão Integrada (GGI), concebido no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública, cujo objetivo é ser um espaço de interlocução permanente entre as instituições do sistema de justiça criminal e os órgãos de segurança pública, a fim de debater e propor ações de redução à violência e à criminalidade.

Além de identificar as demandas prioritárias da comunidade, difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública e elaborar um planejamento estratégico das ações, para execução em âmbito local, o GGI: auxilia na implementação das políticas vinculadas ao Plano Nacional de Segurança Pública e aos planos estaduais, distrital e municipais; estabelece uma rede de intercâmbio de informações, experiências e práticas de gestão; e cria indicadores que possam medir a eficiência do sistema de segurança pública¹³.

4. Emprego militar da Força Terrestre: o emprego dual entre as ameaças externas e o apoio às operações securitárias na fronteira Centro-Oeste do Brasil

O CMO, sediado em Campo Grande (MS), compreende a região de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além da cidade de Aragarças, em Goiás, conforme figura 1. O sistema de defesa do Arco Central é composto por uma estrutura organizacional que envolve unidades de Aviação, Inteligência e Comunicações/Guerra Eletrônica diretamente sob seu comando, com apoio do 9º Grupamento Logístico.

De acordo com a Concepção Estratégica (2019), para o emprego operacional em situação de guerra e operações na fronteira, existe a 4ª

¹² Ver Relatório Estatístico do DOF (2019 e 2020). Publicado em: <<https://www.dof.ms.gov.br/relatorio-estatistico/>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

¹³ Para saber mais ver a página do GGI-E publicado em: <<http://www.sesp.mt.gov.br/sobre-o-ggi-e>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Brigada de Cavalaria Mecanizada (Dourados - MS) como força de emprego estratégico. Também há as forças de emprego geral, compostas pela 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (Cuiabá - MT) e pela 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal (Corumbá - MS). O 3º Grupamento de Engenharia complementa a parte operacional de emprego do CMO.

A força de emprego estratégico tem mais mobilidade e mais poder de fogo. Por sua vez, as forças de emprego geral são vocacionadas para vigilância estratégica, haja vista que sua estrutura não permite impor uma situação de defesa baseada em meios mais potentes. É o caso da tropa blindada da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada que tem carros de combates M60 para atuar na fronteira contra ameaças externas.

Uma grande unidade operacional localizada na faixa de fronteira é a 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal, composta de unidades e subunidades dispersas, a saber: o 17º Batalhão de Fronteira (Corumbá); o 47º Batalhão de Infantaria (Coxim)-MS; a 2ª Companhia de Fronteiras (Porto Murtinho)-MS; a Companhia Comando da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal; e a 18ª Companhia de Comunicações de Fronteira. Essa Grande Unidade tem suas missões definidas pela importância estratégica da região, considerada prioritária para a defesa, identificada com a proposta da PND)¹⁴.

O CMO também possui uma unidade especializada em operações no Pantanal, o 17º Batalhão de Fronteira (Corumbá - MS), além do 3º Batalhão de Aviação do Exército (Campo Grande - MS), que apoia as operações militares na região. O 17º Batalhão de Fronteira (17º B Fron) faz constantemente o reconhecimento de fronteira, operação militar realizada quinzenalmente para verificação dos limites do território nacional

sob sua responsabilidade. Caracterizada pela passagem e vistoria dos marcos de fronteira, tem a finalidade de cumprir a principal missão do Batalhão: a vigilância estratégica da faixa de fronteira. O 17º B Fron tem sob sua responsabilidade mais de 300 km de fronteira com a Bolívia, contando ao norte da área com o Pelotão Especial de Fronteira de Porto Índio, localizado na divisa dos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além das demais faixas de fronteira com a Força Pantanal, constituída por militares do efetivo profissional e dotada de viaturas e embarcações com a finalidade de proporcionar mobilidade para o cumprimento dessa missão.

Isso posto, as principais características das operações militares desenvolvidas no ambiente do pantanal são: restrição ao movimento de tropas por rodovias; importância do controle das localidades; importância de transporte hidroviário para o deslocamento de tropa; dificuldade de manutenção do fluxo de apoio logístico; emprego de pequenas frações; ações táticas descentralizadas; e importância do emprego de meios aéreos. (BRASIL, 2017b).

Como parte necessária para o cumprimento de suas missões constitucionais, o CMO concentra suas ações no emprego para proteção do território, na fronteira do Arco Central, contra ameaças externas, na garantia da lei e da ordem, e na cooperação regional, como importantes elementos para pensar o seu planejamento estratégico e, principalmente, na preparação de pessoal que atua na região. O CMO tem a missão de vigiar a fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, contra ameaças externas que comprometam a integridade do território nacional, ou subsidiariamente, atuar por meio de ações preventivas e repressivas, dentro da faixa de fronteira, contra crimes transfronteiriços e ambientais.

Nesse sentido, conforme também observado no estudo sobre o Arco Norte, o emprego do

¹⁴ Segundo a PND 2020, no item 2.2.9: Do ponto de vista da Defesa, além das regiões onde se encontram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul.

EB na faixa de fronteira deve ser priorizado para a defesa contra ameaças externas e, secundariamente, no apoio às grandes operações securitárias. Para haver melhor entendimento da

evolução desse processo de emprego da Força Terrestre em ações subsidiárias, montou-se o quadro, a seguir, sobre o histórico das operações de segurança integrada no CMO¹⁵.

Figura 1: Mapa com os Comandos Militares de Área



Fonte: <<http://www.comgex.eb.mil.br/dpdg/map.php>>

¹⁵ O quadro foi construído com base em informações encontradas no jornal Estadão, que usou como fonte o quadro do Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, do Ministério da Defesa (MD). Este autor completou o quadro com outras informações levantadas. Mais detalhes em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/carnaval-2013/wp-content/uploads/sites/482/2017/12/Relat%C3%B3rio-do-Comando-de-Opera%C3%A7%C3%B5es-Terrestres-do-Ex%C3%A9rcito-2.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022. Quadro original do MD, publicado em: <<http://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/wp-content/uploads/sites/92/2017/12/estado-maior-conjunto-forcas-armadas.pdf>>.

Quadro: Histórico das operações de segurança integrada no CMO

Nº Ordem	Ano	Nome da Operação	Local da Op (cidade)	Missão
1	1992	ELEIÇÕES	Todo território nacional	Garantir o pleito eleitoral nos locais em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) requisita tropa do EB. O fundamento legal da Garantia da Votação e da Apuração (GVA) é o Art. 23, incisos XIV e XVIII, do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965.
2	1996	ELEIÇÕES	Todo território nacional	Garantir o pleito eleitoral nos locais em que o TSE requisitou tropa do EB.
3	1998	FRONTEIRA VERDE	Fronteira com o Paraguai	Adestrar o Gabinete de Crise e testar os meios de comunicações existentes.
4	1998	ELEIÇÕES	Todo território nacional	Garantir o pleito eleitoral nos locais em que o TSE requisitou tropa do EB.
5	1999	GUARÁ	Mato Grosso	Controlar o tráfego, Posto de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), na Rodovia MT 270, trecho entre Dest Mil de Santa Rita e Fortuna.
6	1999	RODA VIVA	Todo território nacional	Liberação das rodovias em função da greve dos caminhoneiros.
7	2000	CARONA	Cuiabá - MT	Apoiar a PF na reintegração de prédios de Órgãos Públicos Federais invadidos pelo MST.
8	2000	FRONTEIRA OESTE	Fronteira Oeste do CMO	Contribuir com o Governo Federal nas ações que visam impedir o acesso ao território nacional, de material proveniente de ilícitos transnacionais, em especial o narcotráfico de armas, na fronteira do Brasil.
9	2000	FRONTEIRA VERDE III	Fronteira com o Paraguai e Bolívia	Impedir a entrada de armamentos e narcóticos com 29 Postos de Blq e Controle de Estrada.
10	2000	FURACÃO, PIRAÍBA, REFRON e REPÚBLICA	Faixa de fronteira do CMA e CMO (Op de Def Externa)	Fazer o patrulhamento das calhas dos rios e faixa de fronteira - operação presença.
11	2001	RODA VIVA	Todo território nacional	Liberar as rodovias em função da greve dos caminhoneiros.
12	2003	TRIPLÍCE FRONTEIRA	Fronteira entre Brasil e Bolívia	Dar apoio aos órgãos de Segurança Pública na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia com meios Logísticos, de Inteligência, de Comunicações, etc.
13	2003	FECHADURA	Faixa de fronteira do CMO e CMS	Cooperar com os Órgãos de Segurança Pública no fechamento da fronteira oeste em face de ilícitos transfronteiriços.
14	2003	SUÇUARANA	Mato Grosso do Sul	Combater ilícitos na fronteira do Mato Grosso do Sul, com outras forças de fiscalização e segurança, como a PF, a PRF, a Receita Federal, as Polícias Cíveis e Militares, e o IBAMA.
15	2003	JAURO I	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Emprego de tropa da 4ª Bda Cav Mec (MS), 13ª Bda Inf Mtz (MT), e 18ª Bda Inf Fron (MS) contra ilícitos transfronteiriços, além de revista de veículos e checagem de documentação

Nº Ordem	Ano	Nome da Operação	Local da Op (cidade)	Missão
16	2004	JAURU II	Faixa de fronteira do CMO	Empregar tropa contra ilícitos transfronteiriços.
17	2004	ELEIÇÕES	Todo território nacional	Empregar meios da Força Terrestre em apoio ao TSE, a fim de contribuir para a realização das Eleições/2004, executando apoio logístico e ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).
18	2005	JAURU III	Faixa de fronteira do CMO	Empregar tropa contra ilícitos transfronteiriços.
19	2005	REFERENDO	Todo território nacional	Garantir a segurança da votação do referendo sobre o desarmamento
20	2006	IGUATEMI	Amambaí, Coronel Sapucaia, Paranhos, Tacuru, Japorã, Sete Quedas e Iguatemi.	A fim de cooperar na garantia do estado democrático de direito, da paz social e da ordem pública, no sul do Mato Grosso do Sul, atuar, mediante ordem, na área de pacificação “Iguatemi”, abrangida pelos municípios de: Amambaí, Coronel Sapucaia, Paranhos, Tacuru, Japorã, Sete Quedas e Iguatemi, realizando ações e medidas de GLO, particularmente, operações tipo polícia, operações psicológicas, atividades de inteligência e de comunicação social. Desenvolver ações que garantam o controle, impeçam ou inibam a utilização da Área de Pacificação “Iguatemi” pelo crime organizado e seus representantes.
21	2006	ELEIÇÕES	Todo território nacional	Empregar meios da força terrestre em apoio ao TSE, a fim contribuir para a realização das eleições 2006, executando apoio logístico e ações de garantia da votação e apuração das eleições, necessárias à realização, previstas para os dias 1 (1º turno) e 29 de outubro de 2006 (2º turno).
22	2007	ATALAIA 2	Faixa de fronteira do CMO	Cooperar com o Comando Militar do Oeste na repressão a ilícitos na fronteira oeste. Atuar, por meio de ações preventivas e operativas, contra delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo.
23	2011	KAYABI	Alta Floresta	Reconhecimento e demarcação da Reserva Kayabi, na região de Alta Floresta.
24	2011	SINOP	SINOP-MT	Realizar Operações de GLO, na área de Alta Floresta-MT, junto do IBAMA, no combate ao desmate ilegal
25	2011	ARAGARÇAS	Alto Boa Vista - MT	Apoio logístico a órgãos federais em ações de retirada de invasores na terra indígena Maraiwatdese, na região de Alto Boa-Vista, MT.
26	2011	ARCO VERDE	Alta Floresta-MT	Realizar Operações GLO, nos municípios de: Sinop, Cláudia, Confresa e Alta Floresta, junto do IBAMA e outros órgãos federais, no combate a delitos ambientais.
27	2015	DOURADOS	BELA VISTA, ANTONIO JOÃO, ARAL MOREIRA E PONTA PORÁ.	Contribuir para GLO no Mato Grosso do Sul.
28	2015	DOURADOS (2ª fase)	BELA VISTA, ANTONIO JOÃO, ARAL MOREIRA E PONTA PORÁ.	Contribuir para GLO no Mato Grosso do Sul.

Nº Ordem	Ano	Nome da Operação	Local da Op (cidade)	Missão
29	2016	SERRA DA BORDA	Pontes de Lourenço	Promover ações de monitoramento e vigilância, na área da faixa de fronteira que envolve o garimpo ilegal, na Serra da Borda - MT.
30	2016	Eleições (1º Turno)	Todo território nacional	Executar operação de garantia de votação das Eleições Municipais
31	2016	Eleições (2º Turno)	Todo território nacional	Executar operação de garantia de votação das Eleições Municipais.
32	2017	VARREDURA	Território Nacional	Prover ações de vistoria em estabelecimentos prisionais.
33	2018	RODA VIVA	Todo território nacional	Promover a liberação das Rodovias, em função da greve dos caminhoneiros. Cumprimento do Decreto 9.382, de 25 de maio, que determinou o emprego das Forças Armadas na GLO, junto com a Força Nacional e a Polícia Rodoviária Federal.
34	2019	OPERAÇÃO VERDE BRASIL 1	Amazônia Legal (Mato Grosso)	Operações de GLO Ambiental, para combater, prevenir e reprimir os crimes ambientais.
35	2020 2021	OPERAÇÃO VERDE BRASIL 2	Amazônia Legal (Mato Grosso)	Operações de GLO Ambiental para combater, prevenir e reprimir os crimes ambientais, sob a coordenação do MD, com emprego das Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, e diversas agências do governo (IBAMA, FUNAI, ICMBIO).
36	2021	OPERAÇÃO SAMAÚMA	Amazônia Legal (Mato Grosso)	Operações de GLO Ambiental para combater, prevenir e reprimir os crimes ambientais, em áreas definida pela portaria, sob a coordenação do MD, com emprego das Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, e diversas agências do governo (IBAMA, FUNAI, ICMBIO).

Percebe-se que, basicamente, essas atividades podem ser identificadas como operações conjuntas de forças singulares e operações conjuntas interagências, sob o comando do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, subordinado ao Ministério da Defesa. Na tipificação das atividades, observadas no quadro anterior, fica claro o emprego do Exército, quase integralmente, para operar no campo da Segurança Pública, nas Operações de Garantia de Votação e Apuração e em grandes eventos.

Em relação à Segurança Integrada, entrevistas realizadas com oficiais do CMO evidenciam que a parceria entre as Forças Armadas e as de Segurança Pública, Receita

Federal, bem como demais Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização (OSPF), nas operações na faixa de fronteira, é efetiva e tem sido incrementada cada vez mais. A “Ágata”, apesar de ser uma Operação Conjunta Interagências, é considerada o principal instrumento de integração das Forças Armadas e demais agências das esferas federal, estadual e municipal. Atualmente, essa operação é realizada em 3 (três) níveis: o nível I é permanente, executado pelas tropas desdobradas na faixa de fronteira, principalmente os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF); o nível II são as operações singulares, realizadas pelas Grandes Unidades do CMO (13ª Bda Inf Mtz, 18ª Bda Inf Pan e 4ª Bda C Mec), uma vez por trimestre e por Brigada; e o

nível III é a “Operação Conjunta Ágata Oeste”, realizada uma vez por ano, integrando também a Marinha e a Força Aérea. Em todos esses níveis, os OSPF têm participação relevante na execução de suas missões constitucionais, que podem ser potencializadas com emprego de pessoal, equipamento e meios de transporte das Forças Armadas.

As Operações Conjuntas com outras Forças Singulares são parte importante do emprego militar das Forças Armadas nessa área, e visam ao adestramento e à preparação para o emprego contra ameaças externas. Um importante ponto de apoio para as operações é a Flotilha do Mato Grosso, Força Distrital da Marinha de Guerra do Brasil, sediada em Ladário-MS, subordinada ao 6º Distrito Naval. Além de apoiar operações conjuntas com o Exército, a Flotilha realiza patrulhas e operações ribeirinhas nos rios da região do Pantanal.

Assim, o CMO tem realizado diversas operações conjuntas com a Marinha de Guerra e a Força Aérea Brasileira nos últimos anos. No combate a ilícitos ambientais, foram realizadas as Operações “Verde Brasil”, “Verde Brasil 2” e “Samaúma” que tinham como missão principal combater o desmatamento ilegal no Mato Grosso. No combate aos ilícitos transfronteiriços, a “Operação Ágata Conjunta Oeste” também é realizada de forma conjunta com as brigadas do CMO, como Forças Terrestres Componentes (FTC); o 6º Distrito Naval, sediado em Ladário-MS, como Força Naval Componente; e o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), sediado em Brasília-DF, constituindo a Força Aérea Componente (FAC).

Em relação às operações interagências, um exemplo prático dessa atividade pode ser observado com as diversas “Operações Ágata”, no Centro-Oeste, operação conjunta das Forças Armadas brasileiras, chefiada pelo Ministério da Defesa, em coordenação com outros órgãos, para o fortalecimento da prevenção, do controle,

da fiscalização e da repressão dos crimes transfronteiriços e de outros ilícitos praticados na faixa de fronteira.

Entrevista feita com militares que servem na região revelou que o CMO realiza operações interagências (Operações de Cooperação e Coordenação com Agências - OCCA) rotineiramente, na faixa de fronteira. A Operação “Ágata Carcará” é realizada pelos PEF permanentemente, sempre com a participação de outras agências do Estado, como a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o IBAMA e a Receita Federal. Além disso, as Forças Armadas prestam apoio às mais diversas solicitações realizadas por outros entes governamentais como o apoio às eleições, que se configuram Operações de Garantia de Votação e Apuração (GVA), ou apoio à Defesa Civil, no caso de catástrofes naturais.

Apesar de não termos uma Doutrina de Operações Interagências¹⁶ que faça uma melhor regulação do emprego parceiro de diversos elementos tão diferentes (órgãos governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais), o processo operacional está em transformação. Em 2022, ocorreu a primeira Operação coordenada com um país vizinho do Centro-Oeste, a Operação “Basalto”, realizada com o Paraguai, simultaneamente à Operação “Ágata”. Essa parceria foi coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores. A “Basalto” objetivou combater ilícitos transfronteiriços e ambientais, com o foco na repressão às Organizações Criminosas que atuam nos dois países, como o PCC. Atualmente, tem sido feita uma coordenação do mesmo nível com a

¹⁶ No entanto, é importante deixar registrado que existe o Manual de Operações Interagências (MD33-M-12) do Ministro Defesa, com a finalidade de estabelecer os fundamentos doutrinários que orientam as Forças Armadas no processo de planejamento, preparo e emprego em operações conjuntas interagências. Sua aplicação se dá apenas aos Comandos previstos na Estrutura Militar de Defesa responsável pela direção do emprego conjunto. (BRASIL 2017a)

Bolívia, para que seja realizada uma operação simultânea à brasileira, com o emprego da 13ª Bda Inf Mtz, na faixa de fronteira do Mato Grosso.

Em relação ao emprego da Força Terrestre, no campo da vigilância, dois fatores propiciaram a escolha do CMO para receber o projeto piloto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): o Arco Sul possuía uma boa estrutura de segurança e comunicações e o Arco Norte tinha o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

O SISFRON foi implantado em 2013, na faixa de fronteira da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, como forma de aumentar o controle sobre a criminalidade transnacional que crescia aceleradamente. Atualmente, é uma importante ferramenta de apoio à Defesa Nacional, utilizada para a vigilância e o monitoramento da fronteira. Nesse sentido, constata-se que, como parte da capacidade de proteção observada na Estratégia Nacional de Defesa (END 2020), o Sistema está inserido na adequação e na estruturação dos sistemas de vigilância nas áreas de interesse e de controle sobre o território nacional, fortalecendo a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Nessa perspectiva, como sistema de monitoramento integrado, o SISFRON tem o objetivo de garantir a integridade das fronteiras, diante das ameaças não estatais, como instrumento político alinhado aos interesses estratégicos do Exército Brasileiro com relação à capacidade de vigilância (ANDRADE [et al.], 2019, p. 65-66).

Destarte, como parte do controle e coordenação das operações da Força Terrestre na região, as unidades estão recebendo Centros de Coordenação de Operações (COP) na sua estrutura organizacional. Foi o caso do Comando de Fronteira Jauru/66º Batalhão de Infantaria Motorizado e da unidade da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada. Com seus equipamentos de comando e controle, o COP é

provido, também, pelo sistema de integração de monitoramento da fronteira (SISFRON). Dessa forma, aumenta a capacidade operacional da unidade na defesa da fronteira oeste do Brasil, no Mato Grosso, e a vigilância da fronteira com a Bolívia.

No tocante à segurança e à defesa nas fronteiras, o Ministério da Defesa faz parte do grupo de execução e supervisão do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), cuja missão é restringir a ocorrência de delitos transfronteiriços. Assim, tem como objetivos integrar e articular ações da União de: Segurança Pública; inteligência; controle fiscal; e das Forças Armadas, articulado com as ações dos Estados, dos Municípios e de países vizinhos. Tudo isso proporciona não somente o aprimoramento da gestão de recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços, mas também a busca de articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.

Assim, as estratégias do PPIF para dar mais robustez às operações de defesa e segurança nas fronteiras compõem-se de várias etapas, desde a proposta de instrumentos e ações de articulação federativa, passando pelo fortalecimento de mecanismos interinstitucionais para identificar os interesses nacionais dos países vizinhos, pela criação de mecanismos para a ampliação dos postos na fronteira, aumento de seus efetivos, fixação e motivação de servidores na fronteira, até a gestão para a garantia de recursos orçamentários e financeiros não passíveis de contingenciamento.

No Centro-Oeste, a atuação do PPIF ocorre por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, no Mato Grosso (Porto Esperidião e Cáceres) e no Mato Grosso do Sul (Corumbá). A ação ocorre de forma semelhante

Operação Muralha¹⁷, com a finalidade de fortalecer o controle e a fiscalização para prevenção e combate aos crimes de contrabando, descaminho, tráfico de drogas, de armas, de munições, de medicamentos, com especial enfoque nos produtos que ingressam no Brasil, vindos do Paraguai.

5. Reflexões finais e implicações para o Exército

Conforme observado no estudo sobre o Arco Norte, efetivamente, os Estados da federação têm que refletir sobre o aumento da presença da polícia na faixa de fronteira. Necessário fazer gestão para obtenção de meios de vigilância e formação adequada, para a atuação do pessoal dos Institutos de Segurança Pública no patrulhamento e na repressão ao crime, com o apoio das Forças Armadas, não o inverso. Em consequência, as debilidades dos Estados, em relação aos Institutos de Segurança Pública, e de outros setores do governo estão gerando, cada vez mais, o emprego das Forças Armadas na resolução de problemas de Segurança Pública na região.

Nessa perspectiva, esse excesso de ações subsidiárias, somadas às missões constitucionais das Forças Armadas para defesa, segurança e desenvolvimento da faixa de fronteira precisa ser repensado, a fim de que haja uma regulação mais racional. Sugere-se uma ação efetiva e eficaz para a maior participação dos Estados da federação no campo da Segurança Integrada e controle na aplicação de verbas orçamentárias dos diversos setores governamentais federais, estaduais e municipais, principalmente, para ser usada no preparo, na aquisição de meios e no

emprego de recursos humanos.

Diante desse enorme desafio para o Exército Brasileiro, referente à faixa de fronteira, é importante estabelecer, formalmente, instrumentos que possibilitem a identificação dos papéis e das responsabilidades dos envolvidos na política pública para aquela área. Assim, será possível reduzir efeitos de sobreposição e lacunas de atuação conjunta, dos setores de Defesa, de Segurança Pública e de outros órgãos estatais.

Talvez, com a assinatura da Política Nacional de Fronteira (PNF), o problema possa ser resolvido pela orientação das ações que dependem de atuação coordenada de diversas agências encarregadas de promover a segurança. A PNF deverá embasar a atuação do Estado brasileiro nas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, em coordenação com países limítrofes, além de definir as atribuições e coordenar as atividades dos órgãos designados das três esferas de governo, para atividades nas fronteiras. A PNF será articulada com a Política Nacional de Segurança Pública, com a Política Nacional de Defesa, com a Política Nacional de Inteligência e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Conforme reflexões apontadas anteriormente, a vigilância da fronteira terrestre, no Centro-Oeste, assim como no Norte, deveria ser intensificada com o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), articulado a outros programas de vigilância e monitoramento, como o Serviço de Proteção da Amazônia (SIPAM), com a criação de um novo Centro Gestor, no Mato Grosso ou no Mato Grosso do Sul. Essa ação seria de extrema importância diante do desafio que é monitorar a enorme extensão de fronteira terrestre, a qual possibilita o agravamento do fluxo de ilícitos transnacionais e crimes conexos, relacionados ao tráfico de drogas, ao contrabando de carros e ao contrabando de cigarros, ou seja, a intensificação de problemas de natureza criminosa, que

¹⁷Coordenada pela Receita Federal em parceria com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Marinha do Brasil, o EB, a Aeronáutica, o IBAMA, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Brasileira de Inteligência, o Departamento de Estradas e Rodagem, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, a Justiça Estadual e o Ministério Público Estadual.

demandam apoio da Força Terrestre às ações securitárias. Nesse sentido, cada vez mais, o Exército deve ficar atento à prospecção de novas tecnologias e ao funcionamento dos modernos sistemas com capacidade de proteção e vigilância do território nacional, além de dar continuidade e intensificar projetos estratégicos como o SISFRON.

Recomenda-se o aumento da governança nos Estados brasileiros que compõem o Arco Central, sobretudo com a intensificação do controle externo de gastos e análises de risco, conforme o Índice de Governança e Gestão em Segurança Pública (IGGSeg) do TCU, cujo objetivo é medir periodicamente a maturidade de governança e gestão nas organizações de Segurança Pública, assim como otimizar a liderança da alta administração pública nas ações de melhor uso do orçamento destinado às políticas públicas para a faixa de fronteira. No Relatório de Políticas e Programas de Governo (2019), verificou-se que, do total das dotações programadas nas Leis Orçamentárias Anuais de 2012 a 2014, na ordem de R\$ 14,29 bilhões, foram liquidados apenas R\$ 6,39 bilhões (44,7%), ou seja, menos da metade dos recursos dimensionados nas leis orçamentárias dos três primeiros anos do Plano Plurianual 2012-2015.

Sob essa ótica, fica claro que ações do Estado brasileiro são extremamente necessárias, mas, muito difíceis de serem empregadas porque exigem orçamentos bastante significativos, e vontade política de usá-los. O déficit estatal na região é parte da realidade da baixa representatividade política das fronteiras que geram desinteresse para ações mais efetivas.

Por todo o exposto neste estudo, sugere-se a intensificação das operações conjuntas das Forças Singulares com ações que envolvam as três fronteiras: terrestre, fluvial e aérea. Como se observou na abordagem sobre o emprego (p. 34), um importante ponto de apoio para as operações é a Flotilha do Mato Grosso, Força Distrital da Marinha de Guerra do Brasil,

sediada em Ladário, Mato Grosso do Sul, subordinada ao 6º Distrito Naval. Além de apoiar operações conjuntas com o Exército, a Flotilha realiza patrulhas e operações ribeirinhas nos rios da região do Pantanal. Na parte de combate a ilícitos, sugere-se a realização de operações de forma conjunta com: as Brigadas do CMO, como Forças Terrestres Componentes (FTC); o 6º Distrito Naval, como Força Naval Componente (FNC) e o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) sediado em Brasília-DF, constituindo a Força Aérea Componente (FAC).

Referências

ANDRADE, Israel de Oliveira [et al.]. *Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2019.

ARAÚJO, Jaqueline Sousa de, e SILVA, Josué da Costa. *Fronteiras da Insegurança: a geografia do tráfico de drogas ilícitas na Pan-Amazônia – Brasil (Acre/Roraima), Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia*. XIII ENANPEGE. A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento, São Paulo, de 2 a 7 de setembro de 2019. Publicado em: <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562030864_ARQUIVO_TrabalhoCompletoEnanpege_JaquelineSousa_OFICIAL.pdf>. Acesso 08 mai. 2022.

Brasil. *A Questão do Chaco Boreal* (Estudo Sigiloso). Rio de Janeiro: Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, 1935.

BRASIL. *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes* (Relatório Secreto). Rio de Janeiro: Imprensa do EME, 1935. BRASIL. Ministro Defesa. *Glossário das Forças Armadas* (MD35-G-01). 5ª Edição. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015.

BRASIL. Ministro Defesa. *Manual de Operações Interagências* (MD33-M-12). Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2017a.

BRASIL. Manual de Campanha (EB70-MC-10.223) Operações. 5ª Edição. Brasília: COTER, 2017b.

BRASIL. Relatório de Políticas e Programas de Governo do Tribunal de Contas da União. Políticas Federais para a Faixa de Fronteiras, 2019.

BRASIL. Concepção Estratégica do Exército. Brasília: Estado Maior do Exército, 2019b.

BRASIL. Ministro Defesa. *Doutrina de Operações Conjuntas* (MD30-M-01). Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2020.

BRASIL. Relatório de Gestão Comando do Exército. Brasília: Comando do Exército, 2021. Publicado em: <<http://www.eb.mil.br/relatorio-de-gestao>>. Acesso em 21 jun. 2022

LIMA, Raphael C., SILVA, Peterson F., e RUDZIT, Gunter. No power vacuum: national security neglect and the defense sector in Brazil. *Defense Studies*, King's College London, vol. 21, nº 1, pp. 84-106, 2021.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 49, p. 77-97, janeiro/abril 2020.

PÊGO, Bolivar (coordenador) [et al.]. Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central. Volume 4. Rio de Janeiro: IPEA /Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019.

RODRIGUES, Fernando da Silva; e PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Orgs.). *Uma Tragédia Americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba, Prismas, 2015.

RODRIGUES, F. S. SARMIENTO, E. La Guerra del Chaco vista por los ojos de los militares del ejército brasileño (1932-1935). *SECUENCIA: REVISTA DE HISTORIA Y CIENCIAS SOCIALES*, v. 1, p. 1-30, 2019.
<<http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/article/view/1549>>

UNITED STATES OF AMERICA (USA). International Narcotics Control Strategy Report. Volume I – Drug and Chemical Control. Washington,

United States Departamento of State, Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, march 2022. Publicado em: <<https://www.state.gov/2022-incsr-volume-i-drug-and-chemical-control-as-submitted-to-congress/>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das Fronteiras Latino-Americanas*. Brasília: FUNAG, 2017.